

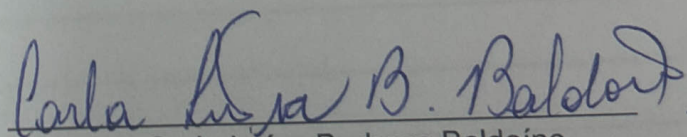
APM DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NAIR MARTINS ROCHA
CNPJ: 68.327.923/0001-96 Tel.: 3706-7720 E-mail: nairrocha@franca.sp.gov.br
RUA PADRE CONRADO, Nº 1900 – VL SANTOS DUMONT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital nº 09/2025

Convocamos os (as) Senhores (as) membros da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da **APM da EMEB Prof.ª Nair Martins Rocha**, situada à Rua Padre Conrado, 1900 - Vila Santos Dumont, para participarem da Reunião Ordinária, que objetiva a apreciação e aprovação do Plano de Trabalho do PMDDE 2026 e o conhecimento e a ciência acerca do Regulamento para Compras e Contratações a ser adotado pela entidade, que será realizada no dia **13 de novembro de 2025**, às 8h.

Franca, 06 de novembro de 2025.

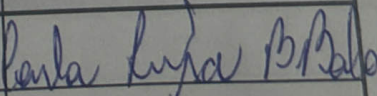

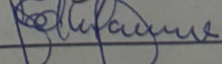



Carla Luísa Barbosa Baldoíno
CPF 219.592.378-45
Diretor Executivo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO DELIBERATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA EMEB PROF.^a NAIR MARTINS ROCHA

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 8h horas, conforme convocação, reuniram-se o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva da APM da EMEB Prof.^a Nair Martins Rocha, com a presença de seus membros e da Diretora de Escola, Sr^a Vanessa Estevam de Magalhães com o objetivo de dar o conhecimento e a ciência acerca do Regulamento para Compras e Contratações a ser adotado pela entidade. Iniciou com a palavra a Sr^a Carla Luísa Barbosa Baldoíno, Diretora Executiva da APM dando as boas vindas a todos e informando acerca do objetivo da presente reunião. Em seguida, passou a palavra para a Diretora da Escola que informou sobre a necessidade da entidade adotar o referido regulamento em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 11925, de 18 de novembro de 2024, em seu artigo 9º, § 4º, como pressuposto para receber os recursos do PMDDE (Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola) a partir do ano de 2025. Relatou que recebeu todos os esclarecimentos sobre o Regulamento em reunião na Secretaria Municipal de Educação, momento em que foi salientada a necessidade do documento por seguidas orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o qual traz em seu teor todas as diretrizes que devem normatizar a aquisição de bens ou contratações de serviços por parte da APM. Então, fez uma breve explanação dos pontos importantes do texto, esclarecendo as eventuais dúvidas que surgiram. A seguir, a Sr^a Diretora Executiva sugeriu a todos a leitura na íntegra do documento. Ao final, com tudo devidamente explicado, a Sr^a, Vanessa Estevam de Magalhães, Presidente do Conselho Deliberativo, dentro de suas prerrogativas, realizou a assinatura do Regulamento, que entrou em vigor a partir desta data. Posto isso, a Diretora Executiva passou a palavra para quem quisesse se manifestar. Na ausência de manifestos adicionais e nada mais havendo a tratar, agradeceu a participação de todos, dando por encerrada a reunião e determinou a mim, Vanessa Estevam de Magalhães, que servi como secretária, que lavrasse a presente ata, a qual será assinada pelos presentes.

Franca, 13 de novembro de 2025.

CARGO	NOME	ASSINATURA
Diretora Executiva	Carla Luísa Barbosa Baldoíno	
Vice Diretora Executiva	Lucila Eudócia Gomes da Silva Santana	
Diretora Cultural, de Esportes e Social	Edna Carreira	
Presidente do Cons. Deliberativo	Danielly de Oliveira Ventreschi Rocha	

APM DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NAIR MARTINS ROCHA
CNPJ: 68.327.923/0001-96 Tel.: 3706-7720 E-mail: nairrocha@franca.sp.gov.br
RUA PADRE CONRADO, Nº 1900 – VL SANTOS DUMONT

Vice-Presidente do Cons. Deliberativo	Karla Gomes Alves Andrade	<i>Karla G. Alves Andrade</i>
Conselheiro	Cristina Reis Rodrigues Soares	
Presidente do Conselho Fiscal	Vera Alice Mendonça Malta	<i>Malta</i>
Vice-presidente do Conselho Fiscal	Adria Carline Batista de Sousa	<i>Adria</i>
Conselheiro	Cristina Reis Rodrigues Soares	<i>Cristina</i>
Diretora da Escola	Vanessa Estevam de Magalhães	<i>Vanessa EM.</i>

REGULAMENTO PARA COMPRAS E CONTRATAÇÕES

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento tem como objetivo estabelecer normas, rotinas e critérios para compras de bens e contratações de serviços pela **Associação de Pais e Mestres da EMEB Prof.ª Nair Martins Rocha**, designada simplesmente APM.

Art. 2º. Toda aquisição e contratação da APM, reger-se-á pelos princípios básicos da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade, da vinculação ao ato convocatório e busca permanente de qualidade e durabilidade, bem como pela adequação aos objetivos institucionais, observadas as melhores práticas de mercado.

Art. 3º. O cumprimento das normas deste Regulamento destina-se a selecionar, dentre as propostas que atendam aos princípios do artigo anterior, aquela que se apresentar como mais vantajosa, ou seja, a com maior eficiência econômica, melhor padrão de qualidade, durabilidade, garantia, assistência técnica, suporte operacional e prazo.

Art. 4º. Os processos de compras e contratações de que tratam esse regulamento devem estar documentados para facilitar o acompanhamento, o controle e a fiscalização.

CAPÍTULO II – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Art. 5º. Para fins do presente regulamento, considera-se:

1. **Compra de bens:** toda aquisição remunerada de materiais de consumo e/ou bens permanentes para fornecimento continuado ou diferido, com a finalidade de suprir a APM e a escola com os materiais necessários ao desenvolvimento de suas respectivas atividades.

1. **Contratação de serviços:** toda atividade contratada de utilidade da APM ou destinada a suprir interesses da escola, realizada por terceiros, tais como: conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, locação de bens, transparência e publicidade, serviços técnicos profissionais especializados, produção artística, serviços gráficos, bem como obras civis, englobando reforma, recuperação, ampliação, adequação, etc.

Carle

Art. 6º. O procedimento de compras e contratações compreende o cumprimento das seguintes etapas:

1. **Elaboração Executiva;** do Plano de Aplicação Financeira da APM por sua Diretoria
2. **Aprovação APM;** do Plano, indicado no inciso anterior, pelo Conselho Deliberativo da
3. **Pesquisa** direta com fornecedores para coleta de orçamentos;
4. **Apuração** da melhor oferta;
5. **Aquisição em questão.** do material de consumo ou bem permanente ou prestação do serviço

Parágrafo único. A aplicação dos recursos públicos para compra ou contratação oriundos de qualquer ente federado deverá seguir procedimento próprio, estabelecido em legislação específica, caso seja divergente do estipulado neste regulamento.

Art. 7º. A pesquisa direta, preferencialmente no comércio local, poderá ser realizada pessoalmente, via e-mail ou contato por rede social ou em sítios eletrônicos, com a participação de no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante obtenção de orçamentos que contenham, no mínimo:

1. **Descrição** do objeto, valor unitário e total;
2. **Razão Social** do proponente;
3. **Número** do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente;
4. **Endereço** e telefone de contato;
5. **Validade** da proposta;
6. **Data** de emissão.

Carla

Parágrafo único. Para pesquisas em sítios eletrônicos, as cotações podem ser demonstradas mediante impressão ou "print" da tela, desde que contenham, além dos dados citados nos incisos de I a IV, informações sobre o valor do frete, link de acesso e data de consulta.

Art. 8º. A pesquisa direta com fornecedores a que se refere o artigo anterior poderá ser dispensada, desde que devidamente justificada e aprovada em reunião da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da APM, nos casos de:

1. necessidade emergencial de compra ou contratação, quando caracterizada a urgência de atendimento, ou seja, quando há necessidade imediata, sem a qual acarretará prejuízo ou comprometerá a segurança de pessoas, obras, serviços e equipamentos.
1. materiais e serviços que só podem ser adquiridos de fornecedores exclusivos ou mercados restritos, ou quando há singularidade do objeto;
1. serviços especializados relativos a estudos técnicos, assessorias ou consultorias, pareceres e perícias;
1. se tratar de profissional ou empresa que seja prestador regular de serviços para a APM, desde que previsto no plano de trabalho e que o valor do contrato/aditivo seja compatível com os preços praticados no mercado;
1. compras ou contratações de pequeno valor.

Parágrafo único. A exceção a que se refere o inciso IV aplica-se apenas para a continuidade dos serviços que tenham sido contratados após a realização da cotação de preços prévia, de modo que, havendo a necessidade de substituição de prestador, a pesquisa direta deverá ser novamente realizada.

Art. 9º. As compras e contratações de pequeno valor, apontadas no inciso V do artigo anterior, se referem àquelas cujo montante não ultrapassa o correspondente a 03 (três) UFMF (Unidade Fiscal do Município) vigente no município de Franca-SP.

Parágrafo único. É vedado o fracionamento de compras e contratações, do mesmo material ou serviço, com o objetivo de enquadramento da despesa neste tipo de dispensa.

Art. 10. A Diretoria Executiva da APM, nos termos de seu estatuto, deverá selecionar criteriosamente os fornecedores, considerando idoneidade, qualidade e menor custo, além da

Carlo

garantia de manutenção, reposição de peças, assistência técnica e atendimento de urgência, quando for o caso.

Art. 11. A melhor oferta será apurada pela Diretoria Executiva da APM considerando-se os critérios contidos neste regulamento, a quem também competirá, exclusivamente, aprovar e realizar a compra ou contratação em questão.

Art. 12. No caso de aquisição de bens e materiais, deverá ser atendido o princípio da padronização, que impõe compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho dos produtos, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia.

Art. 13. As compras e contratações serão realizadas com base no menor preço por item ou lote, admitida a escolha com base no menor preço global da proposta nos casos em que tal opção, justificadamente, resultar no melhor aproveitamento dos recursos.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput deste artigo, considera-se:

1. item: o produto ou serviço a ser adquirido ou contratado;
2. lote: o agrupamento de produtos ou serviços similares a serem adquiridos ou contratados;
3. preço global da proposta: o montante correspondente ao somatório dos valores dos itens e/ou dos lotes, conforme o caso.

Art. 14. As aquisições de materiais e bens e/ou contratação de serviços em empresas de comércio eletrônico pela internet poderão ser realizadas desde que representem a única opção de aquisição ou ainda propiciem significativa economia de recursos.

§ 1º. Para análise da economia a que se refere o caput do artigo, o valor do frete e dos impostos incidentes deverá compor o preço final do bem ou serviço a ser adquirido.

§ 2º. As despesas deverão ser realizadas em sítios eletrônicos de empresas nacionais, confiáveis e seguras.

Art. 15. Os pagamentos deverão ser efetuados seguindo o disposto em regulamentação própria de cada recurso recebido pela APM.

§ 1º. É vedada a realização de pagamento antes da entrega de materiais e bens e/ou prestação de serviços, podendo ser efetivado apenas após emissão de nota fiscal que

Carla

deverá estar em nome da APM, constar endereço completo, CNPJ, data, quantidade, valor unitário e valor total, não sendo admitidas rasuras.

§ 2º. A não observância do disposto no parágrafo anterior somente será admitida para despesas realizadas em sítios eletrônicos, em que a antecipação do pagamento representa condição sem a qual não seja possível obter o bem ou assegurar a prestação do serviço.

§ 3º. No documento comprobatório das despesas (preferencialmente nota fiscal eletrônica), emitido em conformidade com a legislação, deve ser discriminada, obrigatoriamente, a origem dos recursos utilizados para efetivação de seu pagamento, inclusive se houver composição de valores, ou seja, uma mesma aquisição quitada com diferentes fontes.

§ 4º. O comprovante de pagamento de toda despesa precisa ter a identificação do fornecedor do produto ou prestador do serviço que emitirá a nota fiscal.

Art. 16. No caso de contratação de serviços contínuos, deverão ser celebrados contratos, assinados por ambas as partes, que estabeleçam com clareza e precisão as condições de execução, aplicando-lhes as normas e princípios de direito civil.

Parágrafo único. Para continuidade de serviços que tenham sido contratados após a realização da cotação de preços prévia, aplica-se o respectivo contrato, sendo necessária a celebração de aditivos com atualização de valores cobrados.

Art. 17. À APM caberá fiscalizar a execução dos contratos, podendo aplicar as sanções previstas contratualmente quando descumpridas as cláusulas pactuadas.

Parágrafo único. A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar a sua rescisão, respondendo a parte que a causou com as consequências contratuais e as previstas em lei.

CAPÍTULO III – DAS VEDAÇÕES

Art. 18. É vedada a utilização dos recursos para a contratação pela APM de:

1. cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção da APM.
2. pessoa jurídica que possua administrador ou sócio com poder de direção que mantenha relação de parentesco, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção da APM.

Carla

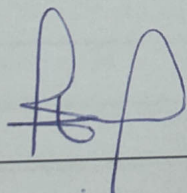
3. serviços prestados por agente público da ativa, incluindo consultoria, assistência técnica e assemelhados.
4. serviços prestados por empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, incluindo-se os serviços de consultoria.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Os casos omissos ou dúvidas quanto à interpretação deste regulamento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo da APM.

Art. 20. Este regulamento entra em vigor a partir de sua assinatura, em reunião do Conselho Deliberativo exclusiva para seu conhecimento e ciência.

Franca, 13 de novembro de 2025.



Danielly de Oliveira Ventreschi Rocha

CPF: 362.454.478-01

Presidente do Conselho Deliberativo da APM da EMEB Prof.^a Nair Martins Rocha

Paulo